

O PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO NO CONTEXTO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO SUTIL

GROKORRISKI, Carlos Ricardo (UEPG)
CERRI, Luis Fernando (Orientador/UEPG)

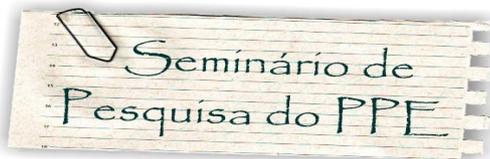
Nota Introdutória

Este texto é parte da Pesquisa para a dissertação do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG), sob a orientação do professor doutor Luis Fernando Cerri.

A Educação Popular pode ser encarada, segundo Gadotti (2005), a partir do paradigma de Conscientização, de inspiração freiriana, no entanto, tal paradigma foi substituído pelo de organização.

Segundo Gadotti a alfabetização de adultos de inspiração freiriana é aquela que parte da organização da base, a comunidade se organiza e promove a alfabetização. O poder público toma essa iniciativa e transforma os espaços de organização popular em espaços de implementação de políticas governamentais. Neste sentido a organização popular enfraqueceu frente as ações do Estado que ao assumir para si o dever e poder de alfabetizar institucionaliza os grupos que se formam por iniciativa própria. O Paraná Alfabetizado pode ser visto como um exemplo disso, não é a comunidade que se organiza e pretende uma ação de alfabetização, ao contrário o Estado institucionaliza a alfabetização mantendo uma “aparência” de organização popular, essa aparência se dá pelo fato de que as turmas de alfabetização acontecem em locais alternativos. Mas inscritos na formalidade burocrática estatal que define carga horária, alfabetizadores, coordenadores locais e regionais, além de verbas e material escolar.

Neste aspecto a Educação Popular, ao organizar-se ganha campo dentro dos espaços institucionalizados, e força por meio das políticas públicas estatais, ao mesmo



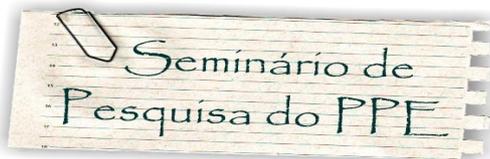
tempo em que se afirma nos espaços não formais, ainda que tenha se reduzido a experiências mais isoladas.

A escolha do tema de alfabetização teve origem na leitura de parte da obra de FREIRE e de um conjunto de autores de inspiração freiriana.

Como o pensamento de Freire (2007) tem sua expressão mais forte na questão da alfabetização de adultos teve-se a primeira delimitação para escolha do tema a ser pesquisado. Além da influência de Freire foi decisiva consideração de que o analfabetismo seria uma questão presente meio século depois das primeiras experiências de alfabetização de adultos no Brasil.

Depois de identificado o tema, ainda que geral, procurou-se identificar quais as ações, na atualidade, que supriam as necessidades desse campo da educação. Entra em cena uma ação governamental cujo objetivo é a alfabetização de jovens, adultos e idosos, denominado “Paraná Alfabetizado”, programa da Secretaria de Estado da Educação. Este programa está vinculado ao programa “Brasil Alfabetizado”. Em Ponta Grossa esse programa funcionava sob uma coordenação regional vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEED) com várias turmas em funcionamento.

Começava-se a delimitação de um campo de pesquisa. Quando contatada a coordenação enumerou os locais de funcionamentos das turmas do “Paraná alfabetizado”. Uma em especial chamou atenção: a turma de alfabetização na comunidade quilombola do Sutil. A escolha dessa turma se deu por se tratar de uma questão bastante intrigante. O que intriga é o fato de existir uma Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) em Ponta Grossa e mais, por se tratar de um grupo ao qual, historicamente, tiveram negados seus direitos, e se anuncia, por um programa de governo, o direito educacional básico. É intrigante a alfabetização em uma CRQ se consideramos, a partir de Paulo Freire, a alfabetização como um problema político. Como perceber essa ação em uma comunidade em que os direitos estão em plena discussão em virtude das ações de reconhecimento de sua identidade? Note-se que em Ponta Grossa é desconhecida, ou suprimida, a história local da participação dos negros na sua formação. Essa ausência é presente em outras regiões como é possível perceber no estudo de PARÉ e OLIVEIRA, 2007; ao afirmar que a existência de quilombos no



sul era ignorada até recentemente pelas historiografias. E o Estudo de Cruz e Salles 2008, aponta que questão dos quilombos é discutida a partir da década de 1990.

Deste modo se fez uma primeira delimitação do tema da pesquisa: A Alfabetização de jovens, adultos e idosos da Comunidade Remanescente Quilombola do Sutil.

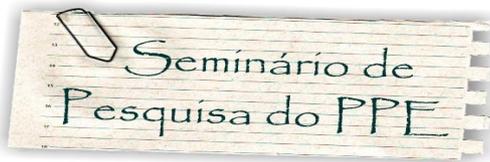
A partir daí elaborou-se uma primeira versão do projeto de pesquisa. Um primeiro problema se daria em torno da discussão das estratégias metodológicas, didáticas e curriculares na alfabetização de adultos.

Como em todo caminho o plano de percurso se adapta, se remodela, se refaz. Foi preciso iniciar a pesquisa para que um universo de problemas, talvez menos rasos, se colocasse. Deste modo a alfabetização que se revelou como uma questão ainda que importante menos relevante, a alfabetização foi o aparente de algo mais velado. Abriam-se assim espaços a outros problemas.

A problemática não se manteve pelo fato que no início do ano de 2010 não houve a abertura de uma nova turma de alfabetização na comunidade. Havia sido comprometido o campo de pesquisa, neste momento ainda considerado como objeto. À medida que se deu o contato com a comunidade, novos questionamentos surgiram entre eles a possibilidade de uma resistência dos ‘analfabetos’ em relação ao programa “Paraná Alfabetizado”. Novas questões configuraram o problema da pesquisa: Porque a não abertura de uma nova turma de alfabetização no ano de 2010? Estaria a comunidade expressando nessa recusa algum descontentamento? Haveria analfabetos na comunidade? A experiência da turma de 2009 teria influência na não abertura de uma nova turma? Talvez todas essas perguntas sejam parte de uma pergunta maior: Quais as implicações na formação da identidade da Comunidade Remanescente Quilombola do Sutil a partir implementação do programa “Paraná Alfabetizado”?

A Alfabetização de Adultos e o Programa Paraná Alfabetizado

O tema da alfabetização de adultos foi a porta de entrada para esta pesquisa. No início da exploração partia-se de idéias genéricas e do pressuposto de que a

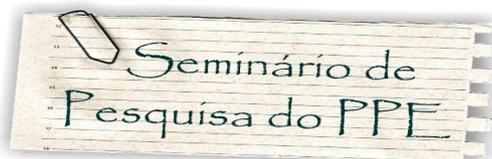


alfabetização por si só seria um benefício a todos que a ela não tiveram acesso. Na medida em que as leituras, materiais, documentos foram aparecendo houve uma mudança de orientação.

A questão da alfabetização deixava o primeiro plano com a emergência de outros problemas, como o empoderamento dos sujeitos na comunidade. Não se exclui que a alfabetização é um direito de todo cidadão, mas a questão não se restringe ao simples acesso a um instrumento. No estudo de Woiciechowski¹ tem-se uma caracterização da alfabetização de adultos em Ponta Grossa. A pesquisa parte do pressuposto que a alfabetização permitiria o acesso aos conteúdos que “determinam os caminhos para entender o mundo”. Embora a pesquisadora faça a ressalva de a educação em EJA deve ir além da simples aquisição do código escrito, o texto deixa a entender que a escrita carrega consigo conteúdos de orientação da vida prática. Não que isso não seja verdadeiro, porém parece deixar a impressão que somente pela escrita se daria o ‘empoderamento’ dos analfabetos. Ficam de lado outras possibilidades de transformação.

A dissertação aponta ainda para uma superação importante a da simples função estatística que os programas de alfabetização podem sofrer dentro de políticas de governos. Por fim aponta a necessidade da qualidade de alfabetização. O trabalho parece estar mais preso ao método, ou à técnica de como se alfabetiza, do que com seus pressupostos pedagógicos, filosóficos, sociológicos ou antropológicos. Deste modo não cabe uma repetição da dissertação citada, trata-se de outra abordagem com pressupostos que divergem. É preciso o distanciamento, portanto de qualquer possibilidade de justificação de um programa governamental. O interesse está em compreender o como a comunidade aceita, recusa ações culturais hipoteticamente impositivas. Para tanto é necessária uma descrição genérica do funcionamento do programa “Paraná Alfabetizado”.

¹ A referência é à dissertação de mestrado: WOICIECHOVSKI, Marília. **Jovens, Adultos e idosos: a perspectiva do aprender e do ensinar a ler e a escrever**. 2006, 192 f. Dissertação (mestrado) Área de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.



O Programa Paraná Alfabetizado

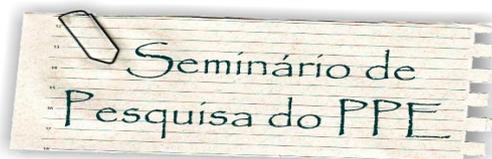
O Programa Paraná Alfabetizado é uma ação do governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvido em parceria com o MEC/SECAD/ Programa Brasil Alfabetizado, Associação dos Municípios do Paraná (AMP), União dos Dirigentes Municipais de Educação no Paraná (UNDIME-PR), Prefeituras Municipais e demais organizações governamentais e da sociedade civil.

Os objetivos do Programa são os seguintes:

Universalizar a alfabetização aos jovens, adultos e idosos paranaenses não alfabetizados com 15 anos ou mais, na perspectiva da superação do analfabetismo, garantindo o acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumentos de cidadania, tendo como princípios o respeito à sua diversidade sociocultural e suas expressões de educação e cultura popular; Possibilitar condições para a continuidade da escolarização aos egressos alfabetizados desenvolvendo ações conjuntas com as Secretarias Municipais de Educação para a garantia da EJA Fase I do ensino fundamental, considerando os locais onde residem e trabalham, seus diversos tempos e realidades; Constituir acervo literário voltado à população jovem, adulta e idosa em processo de alfabetização, através de livros públicos produzidos com autoria dos educadores e educandos; Articular as ações governamentais buscando garantir à população em processo de alfabetização o acesso às demais políticas, benefícios e serviços sociais públicos, propiciando a superação das diversas situações de exclusão em que se encontra a população não alfabetizada; (Paraná, 2009)

O Programa considera a alfabetização como “resgate da dívida social brasileira aos que não tiveram acesso à educação escolar e como possibilidade de continuidade da escolarização” (Paraná, 2009)

Para o Programa uma pessoa é alfabetizada (alfabetização inicial) quando: “lê, compreende e produz textos simples, de diferentes tipos e finalidades”; Além disso quando “participa de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade, ampliando sua possibilidade de articulação da língua falada; expressa criticamente sua reflexão (oral, escrita, interpretativa) acerca da realidade em que vive”; (Ibidem)



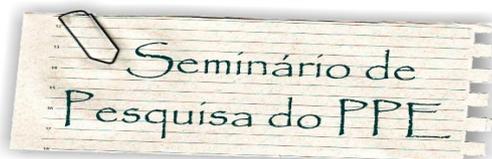
Concepção messiânica da Alfabetização

Para se pensar a questão do analfabetismo é necessário uma reflexão sobre a configuração dessa condição. Pode-se partir de uma definição estritamente técnica para classificar um indivíduo como analfabeto ou alfabetizado. Órgãos públicos responsáveis pelo diagnóstico da alfabetização de uma pessoa são um exemplo explícito desse tipo de classificação. Durante as últimas eleições a imprensa noticiou o caso de um deputado federal eleito que teve que demonstrar oficialmente que era alfabetizado. Há exemplos mais corriqueiros ainda, como os testes para habilitação de trânsito em que o candidato ao final da prova deve escrever uma frase ou em concursos público que exigem que o candidato escreva uma frase ditada pelo aplicador.

Esse tipo de classificação pode ser considerado estritamente técnico. As reflexões sobre a questão a partir de Paulo Freire dão uma outra dimensão para a conceituação e a reflexão sobre o analfabetismo. O que impressiona em Freire é o salto de uma classificação técnica não para uma questão pedagógica, mas para um problema político. Segundo o autor o analfabetismo

não é um problema estritamente lingüístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada sua política intrínseca. (FREIRE, 2007, p. 18)

Para o autor “toda prática educativa implica uma teoria educativa” (p.19) e não é possível estabelecer uma distinção entre teoria e prática. Assim afirma que “nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico e social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto.” (p.20). Para que a contextualização seja realizada Freire propõe um método que consiste na alfabetização a partir de temas geradores em que educandos e educador escolhem uma palavra que movimentará a aula. A palavra escolhida deve ser significativa e proporcionar uma discussão sobre o tema a que se refere.



Quanto à seleção das palavras geradoras Freire afirma que não devem ser selecionadas segundo critérios fonéticos, pois uma palavra pode ter uma força especial em uma área e não tê-la em outra. Devem ser buscadas no universo vocabular mínimo. A partir daí o educador poderá organizar o programa que vem dos alfabetizandos para a eles voltar.

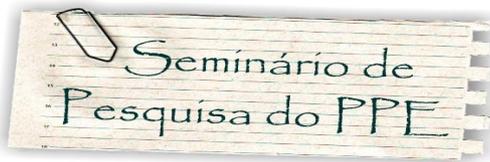
Problematizar a palavra que veio do povo significa problematizar a temática a ela referida, o que envolve necessariamente a análise da realidade, que se vai desvelando com a superação do conhecimento puramente sensível dos fatos pela razão de ser dos mesmos. (FREIRE, 2007, p.21)

Buscar uma reflexão rasa sobre o analfabetismo pode ser uma estratégia que desperdice os esforços de uma pesquisa. Portanto o pressuposto freiriano deve ser considerado, para ele “somente na medida em que aos alfabetizandos se problematiza o próprio analfabetismo é que é possível entendê-lo em sua explicação mais profunda”. (p. 23) Não se trata, portanto de erradicar o analfabetismo, é necessário pensá-lo, problematizá-lo e questioná-lo. Não é isso que tem se vislumbrado. Um a partir de uma ação governamental instrumentalizante que imbuídas de princípio freiriano de alfabetizar coloca-se como ativismo irreflexivo e não libertador.

Em Freire a alfabetização seria germinada na própria vida da comunidade “na medida em que os alfabetizandos vão organizando uma forma cada vez mais justa de pensar, através da problematização de seu mundo, da análise crítica de sua prática, poderão atuar cada vez mais seguramente no mundo”. (p. 23)

Neste ponto torna-se possível conectar a concepção de Freire com aquilo que mais adiante será abordado a partir de Rüsén, onde a esfera da vida prática é elemento fundamental. Não se pode, contudo cair no dualismo teoria prática. A vida prática é o local da vida humana, assim a alfabetização teria de estar relacionada.

...somente a alfabetização que, fundando-se na prática social dos alfabetizandos, associa a aprendizagem da leitura e da escrita, como um ato criador, ao exercício da compreensão crítica daquela prática, sem ter, contudo, a ilusão de ser uma alavanca da libertação, oferece uma contribuição a este processo. (Freire, p. 26)



A ilusão da alfabetização como alavanca da libertação é tomada principalmente pela organização institucional, Estado, quando em suas campanhas e propagandas, se anuncia o fim do analfabetismo como um mal social. Parece, no entanto que tal tipo de alfabetização privilegia números e não a alfabetização política a que Freire se refere. O êxito da alfabetização seria neste caso constatado quando os alfabetizando decodificam os códigos escritos. Não se pode assim privilegiar qualquer estratégia mecânica de alfabetização ainda que se apresente uma aparente eficácia. O desafio da alfabetização está para além da decodificação da escrita em si mesma

Na alfabetização de adultos, como na post-alfabetização, o domínio da linguagem oral e escrita constitui uma das dimensões do processo da expressividade. O aprendizado da leitura e da escrita, por si mesmo, não terá significado real se se faz através da repetição puramente mecânica das sílabas. Este aprendizado só é válido quando, simultaneamente com o domínio do mecanismo da formação vocabular, o educando vai percebendo o profundo sentido da linguagem. Quando vai percebendo a solidariedade que há entre a linguagem-pensamento e a realidade, cuja transformação ao exigir novas formas de compreensão, coloca também a necessidade de novas formas de expressão.” (p. 27)

A alfabetização no projeto freiriano está vinculado à idéia de que aja uma transformação no modo como os sujeitos compreendem e expressam seu mundo. A compreensão do mundo se dará a partir do momento em que o próprio mundo é problematizado. Como a alfabetização não se dá de forma totalmente não diretiva, Isto é, não nasce de um espontaneísmo mágico, faz-se necessário a presença do alfabetizador. Não no sentido que depositará conhecimento nos seus educandos, mas que juntos questionarão a própria realidade. Freire desenvolve um método que parte de palavras geradoras, estas possibilitarão a formação de famílias silábicas rumo à formação de palavras, frases e texto. O diferencial é que a apropriação da escrita não se dá, para Freire de forma mecânica como na alfabetização tradicional. Pois se insere por meio das palavras chaves os temas da vida prática dos alfabetizandos. Quanto ao papel do educador Freire advete:

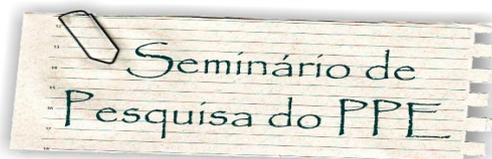
os educadores darão o máximo de atenção à escolha das palavras geradoras, bem como à redação dos textos de leitura. Estes devem levar em conta homens e mulheres em seu contexto em transformação. Não podem ser meras narrações da nova realidade, nem tampouco revestir-se de sentido paternalista.” (2007, p. 28)

Em relação ainda aos textos, Freire afirma que “seu objetivo não é fazer a descrição de algo a ser memorizado. Pelo contrário, é problematizar situações. É necessário que os textos sejam em si um desafio e como tal sejam tomados pelos educandos e pelo educador para que, dialogicamente, penetrem em sua compreensão.” (p. 28)

Penetrar a compreensão extrapola o nível da decodificação da escrita. Os alfabetizandos, nesta perspectiva, devem apropriar-se do texto. E é dialogicamente que se possibilitará tal apropriação. Importa ressaltar que a mesma relação defendida por Freire dentro do espaço de alfabetização, de uma relação dialógica em que educandos e educadores falam, também pode ser defendida no espaço externa a alfabetização ou outras políticas. Não se pode partir de uma relação monológica desabilitando a comunidade do seu direito de fala. As políticas para comunidades, como a do Sutil, precisam se dar em um plano de repleta dialogicidade.

O recurso às falas de Freire não podem ser interpretadas neste texto como uma tentativa de desqualificar as ações, entre elas o PR Alfabetizado, realizadas na e pela comunidade do Sutil. Se isto fosse verdadeiro, todo este trabalho cairia no contraditório. Ao contrário, a utilização das reflexões de Freire é colocada no sentido de proporcionar focos de reflexão para que a própria comunidade discuta e avalie sua organização. Tanto uma ação como a da alfabetização, como qualquer outra ação da comunidade do Sutil poderá ser submetida por avaliação. E é de Freire, para que se mantenha um mínimo de coerência com o exposto, que se toma um conceito de avaliação: “[...] a avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou erros e equívocos porventura cometidos. Daí seu caráter dialógico.” (p. 29)

Problematizar e avaliar os encaminhamentos de ações coletivas dentro da comunidade não parece ser tarefa fácil. Os enfrentamentos, descontentamentos podem



se tornar mais evidentes nestes momentos. Como não se trata de relações ideais há de se tomar como pressuposto que a comunidade do Sutil não se assemelha nem à República platônica nem à Nova Atlântida de Bacon. A comunidade do Sutil é uma comunidade real, estudá-la requer ouvi-la, respeitá-la, procurar compreender suas adesões e suas recusas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**; Rev, Sociol. USP – Sp, 13 (1): 143-158, maio de 2001.

CRUZ, Cassius Marcelus; SALLES, Jeferson Oliveira. **Territorialização Negra, Conflitos e Racismo Ambiental no Paraná**. IN: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Educando para as Relações Étnico- Raciais II, Curitiba, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Paz e Terra, São Paulo, 2007.

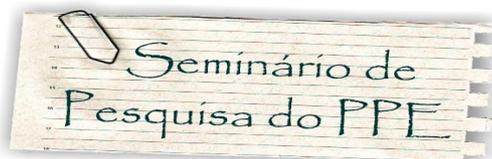
GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em 20/08/2009

GOMES, Nilma Lino. Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27ª, Caxambu, **Anais**. (GT21 – Afro-Brasileiros e educação).

HARTUNG, Miriam F. **A Comunidade do Sutil: história e etnografia**. UFRJ: 2000.

HARTUNG, Miriam Furtado. **Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais: o processo de identificação e delimitação do território da comunidade negra Invernada Paiol de Telha (Paraná, Brasil)**, Antropologia em Primeira Mão: 115/2009:1-14. PPGAS/UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Sandra Nivia Soares de. **Da escola no quilombo à escola do quilombo: a luta da comunidade de Mangal Barro Vermelho pelo controle político pedagógico da escola**. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Percurso e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. 17 a 20 de abril de 2006, Uberlândia, Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/124SandraNiviaSoaresOliveira.pdf> Acesso em: 18/04/2011.



PARANÁ. Instituto de Terras, Cartografia e Geociência. **Terra e cidadania**. Curitiba : ITCG, 2008.

PARANÁ; Secretaria de Estado da Educação do Paraná -Departamento da **Diversidade Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos -Programa Paraná Alfabetizado**; Disponível em:
<http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br/paranaalfabetizado/arquivos/File/Apresentacao%20Parana%20AlfabetizadoMetas2007-1.pdf> acesso em maio de 2009.

PARÉ, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Pará de; VELLOSO, Alessandra D'Aqui; **A educação para quilombolas: Experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO)**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SALINI, Cristian Jobi; MELLO, Marcelo Moura. **Seguindo as pegadas dos quilombos pelos caminhos da memória, da identidade e da etnicidade**. Revista identidade!, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2010 . Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa identidade! da Escola Superior de ecologia EST Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade> Acesso em 18/04/2011.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

SENE, Roberto Revelino. **Caso Paiol de Telha: uma história dos descendentes negros escravizados frente à expropriação de terras em guarapuava, PR**. 2008, 137f. Dissertação (Mestrado) Área de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2008.

WALDMAMM, Isolde Maria. **Fazenda Santa Cruz dos Campos Gerais e a Colonização Russa 1792-1990**. Ponta Grossa – Paraná, editora Gráfica Planeta – 1992.

WOICIECHOVSKI, Marília. **Jovens, Adultos e idosos: a perspectiva do aprender e do ensinar a ler e a escrever**. 2006, 192 f. Dissertação (mestrado) Área de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.